

**Parlamento dos Jovens – Projecto de Recomendação**  
**Escola Secundária de Monção**  
**Portugal e o Tratado de Lisboa – Europa Garantida ou Nação Comprometida?**

**Nota Introdutória:** Apesar de o título pouco o sugerir, reiteramos aqui que somos de facto europeístas convictos, e que somos plenamente a favor de reformar a União. No entanto, não podemos declarar que nos revejamos “neste” Projecto Europeu que foi traçado. Mas note-se: não estamos a pôr em causa a importância de uma Europa a agir em bloco ou a rota para uma Europa Federalista. O “suposto Projecto Europeu” está e irá ter um custo para Portugal que, em nosso entender, é demasiado elevado.

Depois do fracasso da Constituição Europeia, esta reforma era imperativa. O funcionamento institucional da União, convenhamos, não é nem atractivo ao estudo, nem é de simples apreensão para o cidadão europeu comum que, naquela vê, acima de tudo, uma estrutura económica que o fez perder poder de compra. Por isso consideramos que Lisboa era necessária. Acima de tudo, porque havia que evoluir num sentido de tomada de consciência europeia e investir na democratização das instituições que funcionam de forma deficitária desde Maastricht. Mas não podemos ignorar todas as peripécias que decorreram neste processo e, por isso, é com indignação que observo a atitude dos governantes deste país e da comunicação social perante uma matéria tão sensível como esta. Explique-se aos Portugueses qual o seu conteúdo, os artigos, as alterações às leis europeias em vigor, os benefícios para os cidadãos. Este Tratado, por mais sofrível ou medíocre que seja, abre portas a posteriores mudanças ou, pelo contrário, enterra por muito e muito tempo qualquer sonho de processo constituinte democrático? Para quem se situe numa perspectiva de refundação democrática e social do projecto europeu, a resposta a esta interrogação é decisiva e, infelizmente, não oferece dúvidas: se ratificado, o Tratado de Lisboa enterra qualquer ideia constituinte, democrática e igualitária dentro da União. Mas isso não significa que não exista um Tratado verdadeiramente Reformador, redigido do zero. O género de federalismo que o Tratado Europeu pretende ostentar está muito à frente do próprio tratado em si. Trata-se de um género Federal que pretende integrar diferentes países dentro de um macro organismo identidade político-administrativo-geográfico-cultural, ao contrário do regular federalismo que aglutina vários estados dentro de um só País. Depois da contestação generalizada à escala Europeia, da versão “Constituição”, tornou-se imperativo redigir, refundir e aprovar a sequela do Tratado Europeu, se possível com a designação de Lisboa e não importa a que preço, denotando um carácter muito mais simbólico-protocolar do que funcional ou contemporâneo e que poderá desarticular ainda mais o “Puzzle” Europeu, fomentando maior disparidade e desigualdades sociais.

A ausência de Pedagogia Política em relação à clarificação e difusão das verdadeiras competências da União Europeia, a reciprocidade e âmbito de direitos e deveres, obrigações e benefícios é algo que continua envolto ainda num nevoeiro Sebastianista sintomático e típico.

A assinatura de um Tratado Europeu em Lisboa não pode ser, por si só, um motivo de festa. A cerimónia só ocorreu em Lisboa porque o Eixo Berlim-Paris-Londres entendeu que era chegada a altura de dar protagonismo a um pequeno país, amiguinho desde a adesão nos anos 80. A este Tratado fica ligada a quase unânime satisfação portuguesa quando, na verdade, se

sabe que durante o processo negocial da redacção do documento, foram ignoradas propostas portuguesas de alteração. Até a vizinha Espanha encolheu os ombros perante pretensões portuguesas que colidiam com os seus interesses.

Ou seja, com o Tratado de Lisboa, Portugal perde Soberania, poder de decisão, Deputados e Comissários a tempo inteiro. Portugal nunca mais deterá a presidência da União Europeia. A capital que dá o nome ao Tratado perderá poder em Bruxelas, ao abrigo do aumento de países e da população. Portugal terá direito a um voto e representará 2% da União Europeia. Com o novo Tratado, Portugal deixa de ter um lugar garantido na Comissão Europeia – cada estado-membro fica fora uma vez em cada três mandatos de cinco anos. Mandato sim, mandato não, haverá uma cadeira para um português no colégio de comissários para o orçamento comunitário. Portugal passa a ter, a partir das próximas Eleições Europeias, menos deputados no Parlamento Europeu e, assim, menos espaço de intervenção em Plenário, nas Comissões e nos grupos parlamentares. Objectivamente, Portugal ficou com menos voz nas instituições europeias e, se até agora não era fácil que as pretensões portuguesas vingassem, a partir de agora tudo será mais difícil. Com a adopção da regra da Maioria Qualificada para tomar decisões, quanto a uma lista enorme de matérias, Portugal fica sujeito a ter de aceitar deliberações porventura contrárias aos seus interesses fundamentais, visto que agora apenas seis países podem decidir o destino de 27. O Tratado dá cobertura, a decisões da Comissão Europeia que põem em causa a Soberania Nacional, como a gestão dos recursos piscícolas por parte da UE em metade da ZEE Portuguesa, algo a que uma Nação Soberana se deve opor.

No processo de Construção Europeia nunca nada é definitivo. Mas alterar, no futuro, a consolidação do poder dos grandes países será certamente impossível. Ao assinar o Tratado, o Primeiro-Ministro tinha conhecimento objectivo de que Portugal perdia a sua dimensão nas várias instituições da União Europeia. A projecção mediática acabou por ser “fogo de palha”, para não se reivindicar consulta popular. Mas sabendo tudo isto, torna-se óbvio que devemos defender o Referendo, se não até uma Emenda Constitucional semelhante à da Irlanda. Quem liderou a ronda final de negociações do Tratado detém a responsabilidade de não ter salvaguardado aspectos relacionados com o princípio da igualdade dos estados-membros e uma posição mais favorável aos interesses portugueses.

A Europa é um desígnio em que Portugal tem de participar enquanto espaço de paz, liberdade, segurança e progresso que a União Europeia deve proporcionar. Mas tal não impede que fiquemos apreensivos quando ponderados os interesses nacionais no actual momento de construção europeia, à luz deste novo Tratado.

Assim, **propomos as seguintes medidas:**

1. Discussão alargada a todos os cidadãos sobre as questões-chave do Tratado de Lisboa que põe em causa a nossa Soberania face aos Estados-Membros decisores;
2. Aplicação de um Referendo para aferir a vontade dos Portugueses em relação às mudanças que resultam da Assinatura do Tratado de Lisboa;
3. Perante resultados positivos no Referendo, usar o Direito previsto no Tratado, promovendo reajustamentos capazes de minimizar os efeitos de algumas medidas ou contemplações. Resultados negativos, devem exigir novas negociações, adequando o Tratado aos interesses nacionais e comunitários.